



Título

ATA DE REUNIÃO

CAP

Número da ATA	Data	Hora de Início	Hora de Término
Nº 06	01/12/2023	09:00	11:30
SECRETÁRIA	CRISTINA COSTA BIU	ATA	CRISTINA COSTA BIU

Participantes

NOME	REPRESENTANTE	ASSINATURA
FLAVIA NICO VASCONCELOS	PRESIDENTE	<i>Flavia Nico Vasconcelos</i>
CRISTINA COSTA BIU	SECRETÁRIA	
NOME	REPRESENTANTE	
JUCELINO DOS SANTOS SORA	ADM DO PORTO DE ITAJAÍ	
RENATA SCHMUDT DE AZEVEDO DE ARAUJO	VIGIAGRO	
EDUARDO RODRIGUES LIMA	AUTORIDADE MARÍTIMA	
RONALDO CAMARGO SOUZA	GOVERNO MUNICIPAL	
ADEMAR TOMAZ DA SILVA FILHO	FNE-ESTIVA ITAJAÍ	
ERNANDO JOÃO ALVES JUNIOR	FENCCOVIB-CAPATAZIA ITAJAÍ	
ALEXANDRE PAMPLONA	FPN	
CHARLES MORELLI	FPN	
ROBISON COELHO	GOVERNO DO ESTADO	
ELIEL PAULO BREVE DA SILVA	ABTRA	
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA	CONVIDADO - PREFEITO DE NAVEGANTES	
OSMARI DE CASTILHO RIBAS	CONVIDADO PORTONAVE	
CRISTIANO BERNARDI	CONVIDADO PORTONAVE	
THIAGO EDUARDO PINHEIRO	CONVIDADO ANTAQ	
JORGE MAIA	CONVIDADO FENCCOVIB	
RICARDO RAMOS	CONVIDADO BARRA DO RIO	
LICAS BALIOLI	SUPLENTE ABTRA	
CELSO LIMA	CONVIDADO TEPORTI	
OSVALDO AGRIPINO DE CASTRO JUNIOR	CONVIDADO UNIVALI	
CHRISTIAN WERNER NEUMANN	CONVIDADO LOGÍSTICA	
LUIZ FERNANDO MOLLERI	CONVIDADO COMUNIDADE	
HENRIQUE JOSÉ TERNES	CONVIDADO PRESIDENTE FENCCOVIB	
ROGERIO MACHADO	CONVIDADO PRATICAGEM ITAJAÍ	

LEANDRO CALIENTO	PRATICAGEM ITAJAÍ
Expediente	
Abertura / Posse dos Conselheiros	
<p>A presidente do CAP, Sra. Flavia Nico Vasconcelos, dá as boas-vindas a todos, abriu a sessão explanando sobre o andamento do contrato transitório da empresa ganhadora a MADA ARAUJO ASSET MANAGEMENT LTDA, que está para avaliação no Conselho Jurídico da Secretaria para avaliação assinatura, em relação a Concessão comentou que está na ANTAQ para deliberação da diretoria geral, está datado para dia 14 de dezembro de 2023 está pautado para ser definido para ir para audiência pública, Convênio de Delegação está já apresentado para a SPI e brevemente deverá ser assinado em paralelo com o contrato de transição. Ressaltou e agradeceu a importância da participação da comunidade presente e também a presença dos conselheiros do CAP por fazer a mesa estar sempre cheia e participativa com interesses mútuos e de boas intenções. Em seguida a Secretária leu o termo de posse e assinaram a posse os seguintes Conselheiros ELIEL PAULO BREVE DA SILVA, indicado como representante titular da classe empresarial, pela Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegado-ABTRA; e do senhor LUCAS BALIOLI indicado como representante suplente da classe empresarial, pela Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegado-ABTRA. A Presidente do CAP convidou o Prefeito de Navegantes, o senhor Libardoni Lauro Claudino Fronza para sentar-se à mesa, ainda que sua portaria para representar o Governo Municipal como suplente ainda não tenha sido publicada.</p>	
Gestão Porto	
1) Relatório de Movimentação (incluindo cruzeiros), Relatório Financeiro. Revisão Tarifária, Contrato Transitório	
<p>O senhor Ronaldo Camargo Souza explicou sobre o relatório de movimentação informando que a movimentação acumulada de janeiro a outubro no Complexo Portuário foi de 12 milhões 567mil 716 em tonelagem geral, 11 milhões 605 mil 162 em Tonelagem contêiner, 1 milhão 086 mil 457 em TEUs, 597 mil 426 Unidades, totalizando 716 atracções. Na movimentação acumulada no Porto de Itajaí foram 305 mil 648 em tonelagem geral, 213 TEUs, 334 unidades, totalizando 76 atracções. Sobre a Temporada de Cruzeiros comentou que inicia no dia 02/12/2023 com a chegada do primeiro cruzeiro de passageiros MSC Lirica, será um total de 42 atracções até o mês de abril. Em torno de 69 mil 981 passageiros em trânsito nessa temporada. Em relação ao relatório financeiro atualizou os valores em relação a outubro e novembro, informou que a Receita de outubro foi de R\$ 2 milhões 663 mil 605 reais e novembro R\$ 3 milhões 600 mil reais, lembrando que a Barra esteve fechada 18 dias consecutivos em outubro, e em novembro também teve muitos dias de barra fechada, devido às chuvas. Explicou sobre as despesas: a folha de pagamento 1 milhão 900 mil, PDI R\$ 861 mil, manutenção das atividades R\$ 960 mil e acesso aquaviário-dragagem R\$ 5 milhões 400 mil. Sobre a revisão tarifária, Ronaldo Camargo Souza, comentou que tem um pedido protocolado na ANTAQ pelo superintendente do Porto, Fábio da Veiga, e na última semana teve uma reunião com o Prefeito e a ANTAQ sobre esse assunto. Em relação ao contrato transitório, Ronaldo Camargo, Diretor Financeiro da Superintendência, informou que o Sr. Fábio da Veiga está de viagem marcada para Brasília para uma reunião com a Secretária Nacional de Portos, a Presidente do CAP comentou que a minuta do Contrato Transitório chegou da ANTAQ na sexta feira anterior dia 24/11/2023 e foi encaminhado para a consultoria jurídica e quem irá assinar é o Ministro dos Portos. Ronaldo Camargo comentou que a Superintendência está fazendo reuniões semanais com os Trabalhadores Portuários para tratar desses assuntos relacionados aos contratos operacionais, como foi solicitado em reuniões passadas pelos trabalhadores a participação de debates e decisões em assuntos pertinentes à classe. A presidente do CAP, Flavia Nico Vasconcelos, abriu para a comunidade presente na plateia para algum comentário sobre os</p>	

relatórios apresentado pelo Diretor Financeiro do Porto. Não houve manifestações.

Ordem do Dia

1) Utilização do Berço 2 para atracação dos Navios de Cruzeiros. Manifestação FENOP

A presidente do CAP, explicou sobre a manifestação da FENOP: há uma preocupação dos TPA de não comprometer a movimentação operacional de cargas geral com a movimentação de Cruzeiros. O Diretor de Engenharia do Porto, Jucelino Sora, iniciou informando que há uma lei nacional onde prioriza a atracação de navios de cruzeiros entre as outras movimentações, comentou que foi feita uma solicitação à CESPOTOS para utilização do berço 2, que atualmente está ocioso, para atracação de navios de cruzeiro, a Superintendência está esperando uma posição quanto a esse assunto dos órgãos intervenientes que fazem parte da CESPOTOS, mas hoje só temos uma posição positiva da ANVISA e dos órgãos ambientais, explicou que já foram feitas manobras experimentais e simulação operacional da Guarda Portuária para atender os Navios atracados no berço 2. A Presidente do CAP perguntou se já há um planejamento da Superintendência para receber os Navios de Cargas e durante a temporada de cruzeiros. Ronaldo respondeu que a Coordenação de Operações tem o controle dos navios e a relação das atracações futuras dos navios que poderão conflitar. Também questionou se quando assinar o contrato com a MADA, a nova operadora dos berços 1 e 2 arrendados haverá implicações, Jucelino Sora explicou que o tempo de demora entre assinar contrato com a nova empresa e de acertar tempo de processo de alfandegamento dos berços e funcionamento das operações irá perdurar até que o término da temporada de navios de cruzeiros sem sofrer interferência. Mas também esclareceu que não serão todas as atracações feitas no berço 2, apenas quando houver conflitos de operação e atracação de navios de cruzeiros. O senhor Ernando João Alves sugeriu que constasse no contrato do arrendamento transitório com a Mada a autorização para utilização dos berços 1 e 2 durante as temporadas de cruzeiros por esses navios quando os berços estiverem ociosos e sem operação, para que não haja futuramente problemas de conflitos com os navios de cargas versus cruzeiros. Também questionou a Lei que prioriza os navios de cruzeiros, Ronaldo e a Senhora Flavia Nico Vasconcelos explicaram que se trata de uma determinação de lei federal aplicável a todos os portos, e também se pronunciou quanto a verificar se no contrato transitório há previsão de ocupação dos berços quando ociosos.

2) Solicitação para que o Porto apresente as iniciativas que estão sendo adotadas sobre a situação da dragagem. Solicitação Flavia Nico Vasconcelos- Presidente do CAP

A Presidente do CAP solicitou uma posição da SPI frente ao relatório que recebeu da ANTAQ sobre a dragagem e fiscalização de contrato com a Empresa Van Oord. O senhor Jucelino Sora, Diretor de Engenharia do Porto e também responsável fiscal do contrato da dragagem, explicou sobre o questionamento da ANTAQ que aponta a falta de fiscalização da SPI no serviço de dragagem, pontuou que devido o acentuado volume de chuvas na região há uma dificuldade de manter a profundidade e também de fazer a medição por conta da falta de turbidez da água - a água fica com uma espessura lamacenta devido à argila suspensa vinda do fundo do Rio. Informou que a Empresa Von Oord, contratada para dragagem do rio, foi notificada algumas vezes durante o período que a Superintendência aferiu uma profundidade menor que a contratada. Comentou que a cada três meses deve ser apresentada a Marinha a batimetria para homologação da menor profundidade observada. Informou que quando há dificuldade de fazer essa leitura é chamada a Draga Hope que trabalha por evento. Esta draga já foi chamada duas vezes neste ano para fazer a retirada do material consolidado que dificulta o monitoramento da profundidade. Explicou, enfim, que a grande dificuldade não é fazer a dragagem e sim a dificuldade de fazer a batimetria, a leitura dos parâmetros para comprovação da profundidade. Informou que a profundidade do lado de Itajaí é de 15 metros, mas na leitura mostra 13 metros por conta da lama fluida e do lado da Portonave a profundidade contratada é de 13 metros e na medição aparece entre 9 e 12 metros.

O Diretor da Digen informou que ao receber as batimetrias verificou que a contratada Van Oord não atingiu as profundidades prevista em contrato, portanto como ferramenta de fiscalização notificou a

Empresa para restabelecer a cota e suspendeu o pagamento até que cota seja alcançada, em ato contínuo o Diretor propôs a Superintendência que formasse uma comissão multidisciplinar para avaliar a possibilidade de aplicação de multa. Ronaldo Camargo complementou que o contrato com a Empresa Van Oord finaliza em janeiro e que está em processo de prorrogação de contrato por mais um ano, estão esperando retorno da empresa. O engenheiro Jucelino Sora explicou que para a Superintendência é mais vantajoso financeiramente continuar com a mesma empresa, pois o custo de mobilização já está sendo pago diluído nas parcelas, e se for feito um novo contrato com outra empresa será pago um novo valor de mobilização aumentando, assim, o valor do contrato e elevando o valor do m³ dragado. Jucelino comentou que não tem previsão e nem certeza de quando irá normalizar a profundidade de 14 metros por conta das chuvas que estão por vir até o mês de abril. Ele fez um apelo ao senhor Robison Coelho, representante do governo estadual, informando que quando são abertas as barragens a montante, desce um grande volume de água junto com materiais imprevisíveis e sedimentos, a praticagem é pega de surpresa e afeta as manobras, tornando o canal inavegável. Solicitou que a praticagem e a Superintendência sejam avisadas antecipadamente. O senhor Robison Coelho, respondeu sobre o apelo do Jucelino afirmando que a integração do Porto com a defesa civil do estado quando é feita a abertura das comportas é importante, que deve constar em relatório e levado para discussão e melhorias. A Presidente do CAP, Flavia Vasconcelos, questionou se há previsão e a possibilidade de a profundidade chegar a 14 metros que é a meta da Portonave já que tem todos esses empecilhos naturais climáticos de manter a profundidade contratada com empresa da dragagem, a dúvida é se podemos fazer um planejamento de futuro. Sugeriu montar um grupo de trabalho para discutir esse assunto, já que é um problema constante e devem ser estudadas soluções. Jucelino Sora respondeu que o regime hídrico do rio é um problema sim e é uma constância natural sazonal e recorrente, e que não vai mudar, informou que o que poderia mudar é a sensibilidade da análise dos índices de navegabilidade feita pela Marinha do Brasil, claro, sem deixar de lado a segurança da navegação. Mudar o parâmetro da análise da densimetria e batimetria é fundamental. O Capitão de Fragata, Eduardo Rodrigues Lima, explicou que houve uma reunião preliminar sobre o assunto e que não há nada em trâmite, informou que para ocorrer o trâmite deve-se apresentar documentos fundamentados em amostras e a reologia do rio pela Superintendência do Porto para a Marinha do Brasil. Havendo uma manifestação documentada da Autoridade Portuária junto à Autoridade Marítima em relação ao pleito de pretensão de alteração de seus parâmetros para que a Marinha faça os estudos e a adequação especificamente para o Complexo Portuário de Itajaí, inserindo, assim, no Livro de Planejamento Portuário onde concentra inúmeros conceitos de boas práticas de internacionais. Mas já adiantou que é um assunto que demora anos para estudo avaliação e aprovação. Jucelino Sora afirmou que já está levantando esse arcabouço documental. A presidente do Cap sugeriu para a próxima reunião trazer andamento desse assunto e também sugeriu que tivéssemos a presença da Defesa Civil para se posicionar sobre a possibilidade de integração com a Superintendência do porto de Itajaí e a Praticagem no caso de abertura das comportas rio acima. Sobre o assunto da dragagem foi aberto para a comunidade expor suas dúvidas. O Senhor Osmari de Castilho Ribas, Diretor Superintendente da PORTONAVE, questionou sobre a renovação do contrato da dragagem e a preocupação de não ter dragagem em algum período durante o processo de licitação no caso de não estender o contrato. Ele questionou se ao final do período de prorrogação de 9 meses haverá a possibilidade de uma nova licitação por 5 anos e como será o trâmite de licitação e eventual troca de empresa, já que se trata de um processo demorado e com demandas de prazos e apresentação de recursos para uma nova concessão. O senhor Castilho lembrou que o rio não pode ficar sem dragagem, pois impossibilitaria a entrada de navios. Alertou, também, que a empresa Van Ord não tem cumprido o atual contrato que prevê a profundidade de 14 metros, reforçando o imperativo de cumprimento do contrato atual, sobretudo tratando-se de um contrato por resultado. Jucelino Sora, Engenheiro do Porto e responsável pelo Contrato da dragagem, informou que está sendo exigido pela Superintendência a execução do contrato e que o pagamento foi suspenso até ser restabelecida a cota contratada. Informou que caso não haja renovação com a empresa Van Oord há a possibilidade de fazer uma dragagem emergencial logo após o encerramento do atual contrato com empresa, em fevereiro. Para este cenário de emergência, a Superintendência já está em contato com algumas empresas que poderão fornecer uma draga pelo período emergencial. Ronaldo Camargo, Diretor Financeiro

do Porto de Itajaí, comentou sobre ao prazo final dessa renovação de 9 meses, afirmando que antes do período final já haverá o processo licitatório para uma nova empresa, não havendo a possibilidade de o canal ficar sem dragagem por nenhum período. Osmari Castilho comentou sobre a preocupação em manutenção da dragagem no processo de concessão do Porto, já que passará a ser incumbência da empresa concessionária. Questionou sobre as incertezas de como a nova empresa tratará esse assunto e como a Autoridade Portuária fará a fiscalização. Por fim, solicitou que esse assunto seja pauta permanente do CAP. Ronaldo Camargo respondeu que o Superintendente do Porto já está tratando em Brasília sobre a responsabilidade e a necessidade de se manter a dragagem do rio de forma ininterrupta. Jucelino Sora comentou que na modelagem, tanto no contrato transitório como no contrato definitivo, deve estar bem definido a questão da dragagem e opinou que esse serviço seja de responsabilidade da Superintendência, pois é uma entidade pública com interesse coletivo. Jucelino sugeriu que os órgãos intervenientes junto com a Autoridade Portuária se manifestassem para provocar uma definição quanto à renovação pelo prazo máximo com a empresa de dragagem Van Oord, considerando o cenário de indecisão de prorrogação de prazos.

Assuntos Gerais

Em assuntos gerais foi aberto para a comunidade se manifestar:

A primeira fala foi do advogado e professor do PPCJ da Univali, Doutor Osvaldo Agripino de Castro, que comentou sobre a questão econômica, particularmente sobre o novo projeto da reforma tributária, que a partir de 2029/2030 terá impacto em todos os Portos de Santa Catarina. Solicitou que a Autoridade Portuária convide algum representante da Secretaria da Fazenda ou do governo federal para que nos apresente como ficará a situação dos portos catarinenses caso a reforma tributária seja aprovada. A preocupação é de que a aprovação do projeto com seu atual contorno impacte nas cargas não vem para serem desembaraçadas e operadas nos portos catarinense, impactando negativamente na economia local - sugestão de pauta. Outro ponto trazido pelo Professor e Doutor Agripino foi a possibilidade de trazer o Fórum de Desenvolvimento Portuário Catarinense para Itajaí, já apresentado e discutido no Porto de Imbituba. Robson Coelho, representante do governo do estado, comentou sobre a reforma tributária, e que este é um tema relevante e importante; informou que o Governo do Estado está promovendo vários Fóruns e discussões sobre o assunto e afirmou que Santa Catarina será prejudicada com a Reforma Tributária e, em especial, os Municípios que vivem de comércio exterior e das atividades portuárias. Itajaí e Navegantes serão as duas cidades das mais afetadas, já que grande parte dos recursos arrecadados não ficarão mais nas cidades - atualmente temos 5.000 trades na região, cerca de 30% das arrecadações de Itajaí vêm das empresas de comércio exterior de benefícios fiscais, dados trazidos por ele. Robson Coelho, também comentou que o governo do estado através de decreto, que será assinado no dia de hoje e se estenderá até meados de dezembro, irá conceder continuidade dos benefícios fiscais para atrair o desembaraço fiscal em nossos municípios, pois devido às condições de chuvas e fechamento da barra no mês de outubro, as operações foram prejudicadas e muitas migraram de Navegantes para Imbituba e outras tantas para Paranaguá/PR.

A presidente do CAP, Flavia Vasconcelos, convidou o Senhor Libardoni Lauro Claudino Fronza, Prefeito de Navegantes, para participar e expor sua demanda, solicitando que fosse colocado em pauta para a próxima reunião o assunto sobre o uso de forma temporária do mole de Navegantes que há alguns anos está fechado para a comunidade. O pedido é de autorização pela Autoridade Portuária para uso do mole em atividades de recreação urbana de caráter esportivo - construir uma praça esportiva para atender a comunidade sem afetar o uso operacional do mole, trazendo dignidade para a população de Navegantes pelo aproveitamento de uma área hoje degradada e subutilizada. O Prefeito explicou que os recursos serão todos do Município de Navegantes e se necessário terá apoio da iniciativa privada. A Presidente do CAP explicou que o Mole de Navegantes consta no PDZ do Porto como uma área de apoio a obras, mas que pode ser revisto. Citou a Portaria 51/2021 do Ministério da Infraestrutura que prevê a revitalização, uso e exploração de área portuária e, como exemplo o caso da cidade de Laguna, que tem uma parceria com a Prefeitura para utilização temporária da área portuária em temporadas de verão; comentou que o

caminho é agendar uma reunião com a comissão que elabora o PDZ do Porto e levar adiante a mediação entre a SPI e a Prefeitura de Navegantes.

O Capitão de Fragata Eduardo Rodrigues Lima comentou sobre a Segurança e a Navegação do Rio, se referindo a alguns episódios de acidentes dos navegadores. Hoje existem 19 inquéritos pertinentes ao ano de 2023 entre colisões, abalroamento de navios e barcos e rebocadores e balsa, emborcamentos de barcos de pesca, encalhe de balsa. Não atribuiu a culpa na negligência aos navegantes, pois ainda não foi apurado; mas, atentou que poderia haver maior precaução por parte dos navegadores, constatado que houve movimentação a noite com barra impraticável. Frisou que nenhum caso se relaciona a manobras de navios mercantes operados pelo serviço de praticagem. Afirmou que quase todos os casos são relacionados com efeitos ambientais como vento forte, falta de visibilidade, influência da corrente excessiva, pois estamos em condições naturais anormais devido às chuvas e variações meteorológicas. Destacou que devemos nos preocupar com o aspecto econômico sem negligenciar a segurança. A Senhora Flavia Vasconcelos, presidente do CAP, questionou o que está motivando essas intercorrências e o que poderá ser feito para evitar essas situações. O CF Lima respondeu que é o fator operacional, negligência, imperícia, imprudência, resumindo é a conduta e postura dos navegantes.

Extras/Finais

Flavia Vasconcelos, presidente do CAP, confirmou as datas para as próximas reuniões em 2024 que serão: **23 de fevereiro, 26 de abril e 21 de junho**. Reiterou que para a próxima reunião do CAP deverá trazer esses pleitos importantes solicitados pelos Conselheiros e pela Comunidade de Itajaí e deliberados pelos Conselheiros da mesa que são: 1) A presidente do Cap sugeriu para a próxima reunião que sejam convidados representantes da Defesa Civil para falarem sobre a governança do rio Itajaí-Açu junto da SPI, da Marinha e da praticagem; 2) Dragagem, assunto a ser inserido de forma permanente na pauta do CAP; 3) Andamento das negociações Prefeitura de Navegantes/SPI para revitalização do mole em Navegantes. A Presidente reiterou a data da próxima reunião que será dia 23 de fevereiro de 2024, na última sexta-feira do mês, no período da manhã.

Document Details

Title	6 ATA para assinatura.docx
File Name	6 ATA para assinatura.docx
Document ID	c95bf44cf8964df98699b56c984530d8
Fingerprint	73bed3ccea76394106ff9f7bc2f4c8a
Status	Completed

Document History

Document Created	Document Created by Flavia Nico (flavia.nico.vasconcelos@gmail.com) Fingerprint: 963fd537520d7a2deb78463a685bb5da	Jan 29 2024 08:19PM UTC
Document Signed	Document Signed by Flavia Nico (flavia.nico.vasconcelos@gmail.com) IP: 179.234.235.103 	Jan 29 2024 08:19PM UTC
Document Completed	This document has been completed. Fingerprint: 73bed3ccea76394106ff9f7bc2f4c8a	Jan 29 2024 08:19PM UTC